

Documento: “Subsídios ao debate acerca das Tecnologias Sociais na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI)”.

Dr Rosa Maria Castilhos Fernandes

Dr Ana Lucia Maciel

Introdução



Este

documento resulta das deliberações feitas por um conjunto de representantes da sociedade civil que esteve reunido na Fundação Irmão José Otão (FIJO) em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), no dia 28 de janeiro de 2010, durante as atividades promovidas pelo Fórum Social Mundial. Nesta data ocorreu a reunião preparatória da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), promovida pela Rede de Tecnologias Sociais (RTS) e a FIJO que representou o coletivo de membros que compõem o Fórum da Rede de Tecnologias Sociais no Rio Grande do Sul. O tema da reunião esteve centrado na seguinte chamada: “Inserção das Tecnologias Sociais na CNCTI: o debate necessário!”.

A reunião iniciou com os pronunciamentos de Rodrigo Fonseca (FINEP), que socializou dados e provocou reflexões dos participantes acerca da política científica e tecnológica que vem sendo adotada no país na área de desenvolvimento social, e Andréia Nascimento Sistematização feita por Ana Lúcia Maciel e Rosa Maria Castilhos Fernandes (FIJO) com base na transcrição feita por Michelle Lopes (RTS).

(Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT) que compartilhou o processo de organização da 4ª Conferência e as possibilidades de inserção da discussão das Tecnologias Sociais na mesma. Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social (RTS). Esta é a concepção que subsidiou o debate na ocasião. Como encaminhamentos, os participantes definiram pela elaboração de um documento, a ser socializado nos espaços preparatórios da 4ª CNCTI, que contenha subsídios para os seguintes conteúdos: Modelo e padrão da Política de Ciência e Tecnologia no país; Protagonismo das Tecnologias Sociais no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia: inclusão e desenvolvimento social; Lei da Inovação (crítica e proposição); Defesa das Tecnologias Sociais como Política Pública e de Mecanismos de controle social das Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia; Acesso a informação/comunicação acerca dessas Políticas.

Política de Ciência e Tecnologia no Brasil: O lugar das Políticas de Inclusão Social

A Política de Ciência e Tecnologia (C&T) tem uma trajetória recente no país, tendo sido institucionalizada pelo Estado na década de 1950, do século XX, a partir do protagonismo dos cientistas. Desde a sua criação, identifica-se que essa política tem uma centralidade significativa no trabalho desses cientistas, sendo construída nos moldes e feições da atividade científica. Isso é o que, na teoria, acabou sendo chamado de movimento modelo institucional ofertista linear, dentro da política de C&T. Ofertista porque o Estado oferta recursos para os cientistas implementarem as pesquisas que eles desejam e, também, porque não dirige o fomento de C&T para uma determinada direção. A idéia do linear é importante para essa concepção de Tecnologia Social e para a idéia de impacto da C&T no desenvolvimento no país. O que está por trás disso é a concepção de uma cadeia linear de inovação, onde se espera que o investimento em pesquisa básica resulte em pesquisa

aplicada, que vai resultar em tecnologia, que vai resultar em desenvolvimento econômico e que, conseqüentemente, vai resultar em desenvolvimento social.

A crença nessa cadeia e na sua respectiva difusão é que vai legitimar o papel dos cientistas e continua legitimando, até hoje, a centralização do comando dessa política na mão dos cientistas. A idéia é que investindo em tecnologia, com uma concepção de neutralidade da ciência, se tem um caminho de desenvolvimento pré-determinado, sendo que nessa perspectiva o cientista tem uma preponderância muito grande na formulação, implementação e avaliação da política de ciência e tecnologia, como um todo.

Como vem sendo formulada a política de C&T no Brasil? Os editais são os canais de acesso ao fomento e dependem das avaliações dos comitês ad hoc de cientistas que vão elaborar os editais, dar o direcionamento, fazer a avaliação dos projetos que são submetidos e definir os projetos a serem aprovados. A avaliação é feita pelos próprios pares de cientistas, ou seja, são os próprios cientistas que avaliam a produção e a implementação da política. Então, este é um setor da sociedade que conseguiu garantir pra si o controle de uma política que é do Estado e que, portanto, deveria ser da sociedade como um todo.

Atualmente, a política de C&T passa a se legitimar pelo discurso da inovação fomentando o desenvolvimento econômico através da centralidade do papel da empresa. A empresa é responsável pela inovação. De acordo com essa linha de pensamento, a política de C&T teria que fomentar a inovação empresarial para que a empresa levasse a produção de conhecimento até a sociedade.

De acordo com esse discurso, a empresa é o locus da inovação. Então, ela seria responsável por levar, até a sociedade, produtos de tecnologia mais avançada. Reconstruir o conhecimento na forma de produtos, processos que vão ser comercializados, ou seja, direcionados ao mercado e, portanto, ao consumo.

Nesse contexto de institucionalização da Política de C&T no país, identifica-se uma lacuna na relação entre ciência e sociedade, cabendo

questionar: Em que medida a produção do conhecimento tem atendido às demandas da sociedade? Como uma sociedade que ainda apresenta altos índices de desigualdade social, pode avançar se não o fizer privilegiando o conjunto da sociedade? Qual articulação é necessária entre ciência, tecnologia, inovação e Estado de direito?

Com o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, verifica-se que há uma priorização da temática da inclusão social, sendo demandadas das áreas estratégicas de governo, respostas voltadas ao desenvolvimento social. É sinal dessa priorização, a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social que tem no CNPq e na FINEP as duas grandes agências implementadoras da política. Entretanto, a criação dessas estruturas, não assegura a destinação de recursos específicos para esse campo, pois esses ainda são disputados com outras áreas, portanto, são limitados.

Em 2007, foi lançado o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que possui quatro prioridades: infra-estrutura de pesquisa; áreas estratégicas; inovação empresarial e desenvolvimento social. Contudo, a previsão de recursos para a prioridade do desenvolvimento social é de apenas 4%. É preciso reconhecer os avanços do MCT que ao instituir, citando como exemplo, o Programa de Tecnologias Sustentáveis (PTS) sinaliza a criação de um instrumento importante de política pública, abrindo caminhos para o processo de inclusão e desenvolvimento social, regional e local, por meio de iniciativas que promovem e incentivam a apropriação do conhecimento técnico-científico. Entretanto, muito temos que avançar na ampliação dos recursos e, fundamentalmente, na democratização do acesso para que a apropriação do conhecimento seja um direito de todo cidadão e então se possa fazer uso de um conhecimento que atenda as demandas da sociedade contribuindo com o enfrentamento da desigualdade social brasileira.

Também as Organizações da Sociedade Civil têm deixado marcas no processo histórico do debate acerca das tecnologias sociais e do papel da CT&I para a inclusão social, para o desenvolvimento

sustentável e o enfrentamento da desigualdade social no Brasil. Um conjunto de ações é promovido, por meio das iniciativas da sociedade civil em territórios brasileiro, onde de forma sustentável desenvolvem tecnologias sociais que permitem a superação e o atendimento de necessidades sociais. Há aí a necessidade latente de reconhecimento do papel dessas organizações na produção de conhecimento e incidência na melhoria das condições de vida, mas não como algo a *vir a ser*, mas como parte de uma política pública que cria formas de financiamento e incentivos técnicos e educativos as suas ações dentro do sistema de CT&I.

Assim, quatro questões são centrais na discussão acerca do modelo e padrão da Política de Ciência e Tecnologia no país:

- 1) os atores centrais na política voltada ao desenvolvimento social são a própria sociedade e não os cientistas.
- 2) o necessário reconhecimento do esgotamento da concepção de que o desenvolvimento social será uma consequência do desenvolvimento econômico.
- 3) a insuficiência de recursos para viabilizar a prioridade do desenvolvimento social, presente no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 4) a ausência de uma política de caráter público no âmbito da C&T, ou seja, passível de controle social.

Diante dessas quatro questões, a defesa das Tecnologias Sociais como Política Pública se apresenta como uma estratégia promissora para superar os limites do atual modelo e padrão de C&T no país, bem como a resposta mais sintonizada com as demandas da sociedade por um modelo de desenvolvimento social que tenha centralidade no processo de inclusão social e como atores principais a própria sociedade. Atualmente, as Tecnologias Sociais apresentam significativo avanço no país, seja pelas organizações que se instituíram na última década, com vistas à disseminação dos conceitos e práticas, seja pela capacidade de criação das mesmas, através das iniciativas populares e da sua reaplicação em todo o território nacional.

A 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia será um momento privilegiado para que sejam publicizados os resultados obtidos pelas organizações que representam o movimento em prol das Tecnologias Sociais e, também, para avançar a constituição da mesma como Política Pública. No campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é fundamental. Entretanto uma política pública não é só do Estado, pois para sua existência a sociedade também exerce papel ativo e decisivo exigindo atitudes positivas, ativas do Estado para transformar valores democráticos, de justiça social e de direitos em realidade. A noção de política pública como uma forma de organização política que se pauta pelo interesse comum, da comunidade, da soberania popular e não da soberania dos que governam, permite a participação da população nas tomadas de decisões sobre as políticas, bem como, a alocação dos seus recursos. Reconhecer no cenário atual do país as Tecnologias Sociais como política pública, significa avançar na história da democratização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação social contribuindo com a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso sustentável.

Com base nessas considerações, é apresentado um conjunto de propostas a serem pautas nas discussões preparatórias à 4ª CNCTI.

PROPOSTAS:

- ✓ Reconhecer que o desenvolvimento social apresenta particularidades distintas daquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico, pois se a lógica do segundo é a produtividade e a lucratividade, a lógica do primeiro é a garantia dos direitos sociais, portanto, permeada pelos valores da igualdade e justiça social.
- ✓ Garantir a participação da sociedade civil organizada nos espaços de formulação, implementação e avaliação da Política de C&T,

através da institucionalização das Tecnologias Sociais como política pública, constituindo, para tanto, o Plano, o Fundo e o Conselho de Ciência e Tecnologia.

- ✓ Criar mecanismos de controle social das Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia, a exemplo das políticas de assistência social, educação e saúde, constituindo os Conselhos de Ciência e Tecnologia.
- ✓ Ampliar os recursos para a prioridade do desenvolvimento social, submetendo-os aos mecanismos de controle social e garantindo, com isso, a necessária transparência na gestão do Fundo Público na área.

Porto Alegre/RS, 19 de Fevereiro de 2010.